

A ROÇA E O TRABALHO COLETIVO NA PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS MATÁ E SILÊNCIO EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL

The farming and collective work in the production of cassava flour in the Quilombolas communities Matá and Silêncio in Óbidos, Pará, Brazil

Leide Joice Pontes Portela¹
Priscila Ribeiro dos Santos²
Josué da Costa Silva³

RESUMO

Os quilombos Matá e Silêncio, localizados no município de Óbidos, Pará, partilham de uma economia de subsistência baseada no roçado e na produção da farinha de mandioca, tornando os dois quilombos semelhantes e próximos. Sendo a farinha de mandioca o pilar de sustentação do quilombo Matá e Silêncio, a mandioca permeia a sobrevivência, a sociabilidade, fortifica os laços afetivos dentro e fora dos núcleos familiares, restabelece as identidades e o sentimento de pertença tanto em relação ao território quilombola, quanto as práticas de trabalho coletivo. A partir das entrevistas fincadas na história oral realizadas nos dois quilombos, este artigo objetiva na compreensão do sentimento de pertença com a roça e com processo de produção da farinha de mandioca a partir do trabalho coletivo chamado de 'puxirum' nas referidas comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Quilombos, roça, farinha, território, mandioca, puxirum

ABSTRACT

The Matá and Silêncio quilombos, located in the municipality of Óbidos, Pará, share a subsistence economy based on the Cultivated land and cassava flour production, making the two quilombos similar and close. As cassava flour is the mainstay of the Matá e Silêncio quilombo, cassava permeates survival, sociability, strengthens affective ties inside and outside family nuclei, reestablishes identities and the feeling of belonging both in relation to the quilombola territory, and collective work practices. Based on the interviews rooted in oral history carried out in the two quilombos, this article aims to understand the feeling of belonging to the land and to the production process of cassava flour from the collective work called 'puxirum' in these quilombola communities.

Keywords: Quilombos, land, flour, territory, cassava, puxirum

INTRODUÇÃO

Diante da diversidade e complexidade agrária advindas do período escravocrata no Brasil, se tem os processos específicos de formação dos territórios quilombolas e suas espacialidades, modos de vida, práticas particulares de trabalho, formas e estratégias de afirmação territorial,

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

³ Professor Titular do Departamento de Geografia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

culturas e as mais diversas territorialidades. Levando em consideração a importância dessas práticas territoriais, este artigo objetiva na compreensão do sentimento de pertença com a roça e a produção da farinha de mandioca nas comunidades quilombolas de Matá e Silêncio, zona rural do município de Óbidos, Oeste da Amazônia paraense.

Segundo Anjos (2013), a região Norte possui 25% dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil e estão concentrados no Pará. Os quilombos na contemporaneidade se configuram por seus valores, ressignificações, histórias, reivindicações, organizações, persistências, lutas e resistências identitárias e territoriais, formando uma totalidade de práticas culturais e socioespaciais de tamanha complexidade e representatividade no contexto do espaço amazônico.

Sendo nossas relações espaciais e sociais envolvidas por questões emocionais (SILVA, 2016), julgamos necessário ir de contra a ocultação e exclusão das memórias, das vivências e principalmente as percepções e significados de povos que historicamente carregam estigmas e os mais diversos tipos de violências, dentre elas, a invisibilidade dos seus saberes enquanto válidos e necessários. Este trabalho se envereda pelas valorizações dos sentimentos de pertencimento com a prática coletiva de trabalho na roça e na produção da farinha de mandioca nas duas referidas comunidades quilombolas.

Conforme Funes (1999) falar em comunidades negras, remanescentes de quilombos, no Baixo Amazonas, no Pará, é remeter a uma história marcada por conflitos e resistências de cativos que romperam com a sua condição social de escravos ao fugirem dos cacaiais, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e até mesmo de Belém. Foi a partir da segunda metade do século XVIII no Baixo Amazonas que o negro foi inserido “na lavoura cacauceira, na agricultura de subsistência e, sobretudo, na pecuária. Verifica-se, também, ao longo desse período a presença da escravidão nas atividades domésticas” (FUNES, 1999, p. 4). Pouco a pouco, os negros e a negras passaram a fazer parte do dia a dia da sociedade amazônica.

GOMES (2015) confessa que há comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos espalhadas por todo o Brasil, sendo elas a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas de pós-emancipação, - época de várias comunidades de fugitivos da escravidão -, e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. Não se tratando apenas de um passado imóvel, como aquilo que restou de um passado longínquo, pois “as comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra” (GOMES, 2015, p. 7).

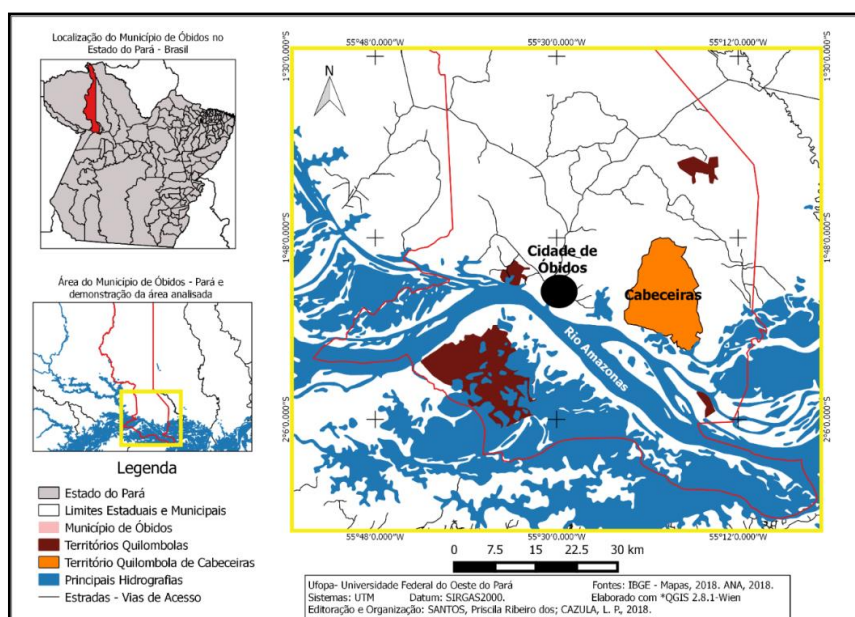
A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

Ainda segundo o autor, Gomes (2011) considera que as comunidades de fugitivos receberam diferentes nomes, mas no Brasil ficaram conhecidos como *mocambos* e posteriormente como *quilombos*. Derivando das línguas bantu da África Central que significavam ‘acampamentos’, os fugitivos e as comunidades constituídas por eles redesenham espaços, produzindo territórios. E isso não foi dessemelhante na zona rural do município Óbidos, Estado do Pará.

Em Óbidos existem como comunidades remanescentes de quilombo, Arapucu, Peruana, Muratubinha, Mondongo, Igarapé-Açu dos Lopes, Nossa Senhora das Graças, Patauá do Umirizal, dentre essas há a Terra Quilombolas da Área das Cabeceiras⁴ que é constituída por um grupo de 11 comunidades quilombolas, sendo a titulação efetuada em 2000. Na Terra Quilombola da Área das Cabeceiras, trabalhamos com 2 desses 11 quilombos: O quilombo Matá e o quilombo Silêncio. Tais comunidades localizam-se na zona rural do município de Óbidos, em área de terra firme, às margens do Igarapé Grande, afluente do Rio Amazonas (figura 1).

Figura 1 – Localização da Área das Cabeceiras



Fonte: SANTOS (pág. 21).

⁴ Com total de 17.189, 6939 hectares titulados em nome da Associação das Comunidades de Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (ACORNECAB). As 610 famílias quilombolas (1.100 pessoas aproximadamente) que lá vivem estão distribuídas em 11 quilombos: Silêncio, São José, Patauá do São José, Castanhanduba, Vila Nova Castanhanduba, Serra, Centrinho, Apuí, Ponte Grande, Cuecé e Matá. PENTEADO, Otávio. Comissão Pró-índio de São Paulo. 2014.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

Segundo Santos (2019) a comunidade Matá consta sua formação em meados de 1835, seus principais fundadores foram Félix Meireles de Siqueira, Eugênia de Siqueira, Alfrásio e Gigoíno Lutério, vindos para a região durante a cabanagem. É a terceira comunidade mais populosa da Área das Cabeceiras, possui aproximadamente 150 famílias.

Devido ao local ser de grande fartura na época, pois tudo que procuravam como fonte de alimento era acessível e fácil como a caça e a pesca, ou seja, havia abundância de espécies animais e vegetais, era 'fácil de encontrar e matar', e assim denominou-se o nome da comunidade 'Matá'. A comunidade quilombola fica localizada entre os quilombos Silêncio e São José, e são interligadas pela única estrada que dá acesso às demais comunidades.

Segundo os primeiros moradores, a comunidade quilombola Silêncio recebeu esse nome porque a comunidade era muito sossegada e pouco povoada. Devido a essa calma, pouco barulho se ouvia, originando-o o nome Silêncio. Atualmente a comunidade é a maior em densidade demográfica dentre as demais comunidades da Área das Cabeceiras, possuindo aproximadamente 300 famílias.

A relação entre as comunidades passa a ser realizada principalmente pelo parentesco, nos casamentos realizados entre moradores, nas relações comunitárias através dos clubes de futebol, igrejas e escolas e também por meio da roça. As comunidades quilombolas praticam a agricultura por meio do sistema de roças (rotação de culturas agrícolas) e a atividade de pesca artesanal. O uso dos territórios, bem como as atividades econômicas desenvolvidas pelos/pelas quilombolas, garante a subsistência e renda das famílias, abastecendo os mercados em escala local e regional.

Tanto a comunidade Matá quanto a comunidade Silêncio, partilham de uma economia de subsistência baseada no roçado e na produção da farinha de mandioca, tornando os dois quilombos semelhantes e próximos. Sendo a farinha de mandioca o pilar de sustentação do quilombo Matá e Silêncio, a mandioca permeia a sobrevivência, a sociabilidade, fortifica os laços afetivos dentro e fora dos núcleos familiares, restabelece as identidades e o sentimento de pertença tanto em relação ao lugar quilombola, quanto a prática da roça e da produção da farinha.

A família define as tarefas e os momentos dedicados a cada atividade e a distribuição pelos membros do grupo, mas, também é a guardiã dos valores culturais que resguardam, em última análise, o modo de produção. A roça tem a necessidade de atender necessidades familiares e produzir excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade, com outros grupos domésticos e com a comunidade mais ampla bancando reuniões padronizadas nos costumes para estreitar as relações de convivência. (ACEVEDO E CASTRO, 1988, p.163,164).

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

Os núcleos familiares trabalham diariamente reversando as atividades entre si, mas ajudam ou são ajudados no trabalho pelos vizinhos, comunitários e amigos. Essa forma de trabalho, denominada de ‘puxirum’ é um dos catalisadores sociais para se produzir e afirmar as relações afetivas entre as gentes e as comunidades. São desses sentimentos e percepções experienciados pelos(as) quilombolas dessas comunidades que queremos visibilizar aqui.

Este texto é fruto do trabalho de campo realizado em julho de 2021, com todos os cuidados e restrições impostas pela Organização Mundial de Saúde acerca do Covid-19, realizamos entrevistas nas comunidades quilombolas Matá e Silêncio, bem como utilizamos da observação direta dos vários processos da feitura de farinha nas casas dos entrevistados.

Para a realização das entrevistas tivemos como foco central a História Oral, pois a fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios exigindo uma interpretação sutil e rigorosa (BOSI, 2003). Para adentrarmos nessas espacialidades é necessário levarmos em consideração alguns elementos fundamentais para se ter minimamente a compreensão das emoções desses indivíduos, como a memória (coletiva e individual). Ainda segundo Bosi (2003, p. 16) é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação da identidade”, esta afirmação é percebida e ouvida nas narrativas dos/das quilombolas de Matá e Silêncio. Outro recurso vital é o caderno de campo, que segundo Meihy (2020) além de constar as impressões, também deve ser utilizado como se fosse um diário íntimo em que é registrado qualquer reflexão teórica decorrente das entrevistas, se tornando um referencial obrigatório nas finalizações da pesquisa.

Embora pouco trabalhada na ciência geográfica, compartilhamos das afirmações de Silva (2016) ao dizer que ao sermos sujeitos espaciais, o vínculo com o espaço vai se dar tanto na esfera material quanto na imaterial. Sendo assim, é na imaterialidade que vai se desenrolar o nosso envolvimento com os lugares, a partir das memórias, experiências de vida, percepções e emoções.

Segundo Tuan (1982) é na Geografia humanística que se procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. As vivências e emoções fazem parte de todas as dinâmicas praticadas no espaço geográfico, focalizando em uma determinada prática e as emoções que a envolvem é também ir de contra a ocultação dos saberes, fazeres, sensações e experiências vividas dos sujeitos, ainda mais se tratando de emoções que envolvam o trabalho rural presente nas comunidades quilombolas, onde há a constante presença de ameaças e deslegitimação de seus territórios e modos de vida, sendo estigmatizados enquanto mão de obra e força de trabalho sem a presença de sentimentos, percepções, (des)afetos, dores e

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

conhecimentos, sendo a ocultação destas, também uma forma de desumanizar os quilombolas do campo.

Territórios quilombolas, resistências e pertencimento

No Brasil a luta pelo direito a terra evidencia diferentes atores sociais que historicamente foram excluídos e tiveram seus direitos negados diante de uma sociedade hegemônica e segregacionista, porém, buscaram e ainda buscam resistir. As comunidades remanescentes de quilombos, entre outros grupos sociais, caçam meios de efetivar a consolidação do direito sobre o território que ocupam. E compreender o território quilombola e seu sentimento de pertencimento, se faz necessário a percepção geográfica, pois a Geografia é um instrumento de observação relacionando o espaço-tempo, afim de compreender a ocorrência dos fatos, identificando os atores que desempenham ações sobre o território, além de buscar demonstrar à sociedade as transformações ocorridas em tais territórios.

Por muito tempo a diversidade agrária no Brasil ficou limitada a poucas categorias referentes a imóvel rural, até que sob forte pressão dos movimentos camponeses em 1985, o INCRA através do Cadastro de Glebas reconheceu as ocupações especiais. A categoria de ocupações especiais passou a comportar situações consideradas “marginais” e “fora do comum”, entre outras situações não reconhecidas, embora legítimas. Sendo contempladas pelas chamadas “terras de uso de comum” que perpassava “fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios políticos-organizativos e econômicos, consoantes práticas e representações próprias.” (ALMEIDA, 2002, p. 45). As ocupações especiais passaram a designar outras situações como as chamadas terras de preto, terras de santo e terras de índio. As terras de preto passaram a ter a designação formal de “remanescentes das comunidades de quilombos” após as lutas e defrontes dos movimentos sociais para inserir na Constituição Federal de 1988 o Art. 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na qual dispõe que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2016, Art. 68).

Mesmo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dando garantia aos quilombolas ao direito a demarcação de seus territórios, isso não se tornou uma facilidade para tais conquistas, ao contrário, inúmeras comunidades ao longo dos anos encontram-se com processos paralisados, outras, tais processos pelo reconhecimento do território ainda nem iniciaram.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

Mas por que trazer esse breve histórico de como se deu a transformação agrária no Brasil até que se inserissem e considerassem os territórios quilombolas? Porque como bem coloca (RODRIGUES et al, 2018) a escravidão abolida por uma canetada, sem nenhuma atitude complementar relacionada à terra, e a um projeto de reforma agrária que beneficiasse os recém-libertos não assegurou a cidadania. Sem segurança territorial, ignorados e marginalizados pela sociedade e pelo estado, os quilombos eram submetidos a condições críticas de sobrevivência. As discussões acerca do reconhecimento da importância dos quilombos na Constituinte de 1988, assegurou o direito à terra reivindicado pelos negros e negras que reverbera nas dinâmicas e práticas espaciais realizadas pelos/pelas quilombolas nas 154 terras quilombolas titulados em todo o Brasil⁵.

A importância desses territórios titulados vai arquitetar a segurança e salvaguardar as práticas, memórias, saberes e fazeres dos povos quilombolas, uma vez que, não existe etnia ou grupo cultural que não tenha se investido física e culturalmente num território (BONNAMAISON, 2002). O território serve como base para existência e continuação das manifestações culturais que despertam as mais diversas sensações e emoções em que os experiênciam, por isso as regularizações e titulações dos territórios quilombolas é uma forma de humanizar.

Nos últimos vinte anos, segundo Leite (2000) os descendentes de africanos, em todo o território nacional, se organizam em associações quilombolas, e reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal dos territórios ocupados e cultivados para suas moradias e seus sustentos, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores que trazem consigo a partir de suas ancestralidades.

Diante disso, as comunidades descendentes de antigos quilombos estão buscando seus direitos dentro das demandas de políticas afirmativas e de reparação social do país, através de um contexto de luta política, perpassando até os dias atuais. A identidade negra, e suas lutas contribuíram com o surgimento de novos atores sociais, os quais motivaram a ampliação e a renovação no que diz respeito aos modos de ver e viver da identidade negra no mundo contemporâneo, estimando o ser negro e seus valores. É através de suas lutas e da materialização da resistência negra que diversas comunidades já obtiveram os títulos de seus territórios tradicionalmente ocupados, enquanto outras comunidades encontram-se na luta, em processo de titulação.

⁵ Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2015

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

Inicialmente, as territorialidades quilombolas eram construídas em meio a conflitos e tensões, girando em torno da permanência na terra e apropriação dos seus recursos, o que muda no contexto atual – quilombo contemporâneo – é o reconhecimento desses sujeitos políticos que permite forjar estratégias que demonstram suas territorialidades. (MALCHER, 2017, p.45)

É válido não reduzir as atividades rurais, tais quais a roça e a produção de farinha como um meio frio e apático de subsistência, mas entendê-las também como parte do modo de vida desses quilombolas. O roçado e a farinha são geracionais e constitui parte das identidades territoriais que são étnicas também. Todas as etapas do roçado e até mesmo a feitura da farinha é em forma de “puxirum”, contribuindo assim para a fortificação dos laços afetivos dentro e fora do núcleo familiar. Nesse caso, o território comporta diversos significados: de origem, de pertencimento e de vínculo com a terra (ALMEIDA et al, 2018).

Dentre as formas coletivas e orgânicas de trabalho rural, na Amazônia paraense e mais precisamente na região da Calha Norte, se tem nas comunidades rurais e tradicionais uma forma de mutirão chamada de “puxirum”. O chamado puxirum constitui uma técnica social de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua. Na medida em que os trabalhadores assumem com intensidade tarefas idênticas, há uma outra força que se coloca em marcha, não redutível à somatória das forças individuais (ACEVEDO E CASTRO, 1988, p. 173).

Assim, o puxirum consiste em um trabalho coletivo sem negociação financeira. Na terra quilombola das Cabeceiras, especialmente nos quilombos Matá e Silêncio, os puxiruns se realizam dentro do núcleo familiar e envolvem toda a comunidade também. Para exemplificar o puxirum, utilizaremos a fala de ‘Dona’ Lucélia Moitinho⁶: “Ah, o puxirum é as pessoas trabalharem em coletivo. A gente vai pra um puxirum de uma pessoa num roçado, de lá eles vêm pra ajudar no da gente também. Aí é tudo em coletivo né, um ajudando o outro.”

Como salienta Acevedo e Castro (1988) a atividade de roça está pautada em quatro fases principais: derrubada, plantio, capina e colheita. Dessa forma, o puxirum é realizado nas etapas que exigem maior intensidade de trabalho. Nos quilombos abordados, o puxirum se faz presente principalmente nas etapas do plantio, roçagem e da própria produção de farinha, mas também em outros momentos que se faz necessário o trabalho coletivo, como na cobertura de casas e das casas

⁶ 43 anos, moradora do quilombo Matá. Entrevista concedida às autoras.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

da produção de farinha. Sendo de grande necessidade, é o puxirum que acelera o processo de trabalho e produção, contribuindo para que as famílias consigam vender os sacos de farinha e resolvam suas demandas financeiras. Segundo ‘Dona’ Noranei Pinheiro⁷, sem o puxirum seria muito difícil concluir as demandas das produções dos sacos de farinha que fossem suficientes para a venda e a sobrevivência das famílias.

É um ajudando o outro, dando força pro outro é mais rápido! Olha, hoje a gente vai torrar uns seis sacos de farinha, é muita massa né, se fosse só pra duas ou três pessoas ia ficar muito cansativo(...) aí um mexe um pouco, o outro vem e descansa e vai outro (...) aí fica em parceria, no caso, um ajuda o outro e aí não fica muito cansativo, ainda assim fica, é muito trabalho. Isso tudo é puxirum. É só convidar, ninguém cobra, tem a merenda, tem o descanso, dá uma relaxada, conta história, aí torna trabalhar de novo.

Criando relações diferenciadas de trabalho que são pautadas no respeito ao cansaço e nos vínculos afetivos, os puxiruns fogem da lógica da produção excessiva e do lucro. Os puxiruns no roçado e na feitura da farinha ultrapassam a relação venda-lucro, proporcionando assim o prazer de se alimentarem com algo que amam, como bem afirma Edson dos Santos⁸: “eu sempre falo pra eles aqui(...) que me falte tudo na vida, mas não falte a farinha em cima da minha mesa, porque eu comer só o feijão com o arroz não tem graça. Meu Deus, que não me falte.” Mesmo diante da labuta diária, saúdam a (r)existência dos puxiruns, que a partir da coletividade e dos laços de solidariedade e companheirismo se façam prósperos os plantios e a farinha de todos.

Segundo Francisco José dos Santos⁹ a área do roçado corresponde a um hectare de terra e mesmo ela sendo de caráter coletivo “*cada um tem suas capoeiras, mas é cada um ajudando o outro.*”. Durante o processo de preparação da terra, plantio e derrubada da mandioca, se tem o trabalho coletivo de puxiruns que perdura de seis a nove meses até que a mandioca já possa passar pelo processo de feitura da farinha. É comum que cada família tenha ao fundo da sua área de moradia, uma casa de farinha. Essa casa conta com uma arquitetura simples, mas cheia de saberes ancestrais para se produzir uma farinha de qualidade.

⁷ 46 anos, moradora do quilombo Silêncio. Entrevista concedida às autoras.

⁸ 59 anos, morador do quilombo Silêncio. Entrevista concedida às autoras.

⁹ 48 anos, morador do quilombo Matá. Entrevista concedida às autoras.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

Figuras 2 e 3 - Casa de farinha no quilombo Silêncio



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

São nessas casas de farinha que as sociabilidades são ativadas. Por meio dos puxiruns se interligam e comunicam várias outras casas de farinha, afim de tornar mais alegre o ambiente de trabalho, as casas de farinha se tornam espaços de conversas, risadas e brincadeiras, é ali onde os laços afetivos e identitários se firmam e se tornam diariamente mais sólidos. A farinha de mandioca é de tanta importância na vida dos quilombolas do Matá e do Silêncio que ao ser questionada sobre o que a roça significava para ela, ‘dona’ Maria Estela Batista¹⁰ responde:

É a minha vida! Eu acho que sem a farinha eu não vivo e eu falo com toda a sinceridade. Eu digo pra todo mundo que se eu não tiver o café, o açúcar e a farinha, eu fico triste. Se eu tiver isso aí e não tiver dinheiro pra mim já basta, é o suficiente.

Essa fala expressa como a roça e a produção da farinha de mandioca pode ser entendido como um dos pilares de sustentação dos quilombos, pois além de ser a base econômica de subsistência e (r)existência cotidiana, a roça e a farinha criam situações de solidariedade e comunhão entre vizinhos, familiares e moradores das comunidades vizinhas que pertencem a terra quilombola das Cabeceiras.

¹⁰ 46 anos, quilombo Silêncio. Entrevista concedida às autoras.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

‘Seu’ Francisco José dos Santos ao relatar que “*Não me imagino sem a roça não.*”, nos mostra o protagonismo que as práticas envolvendo a roça e os processos de manejo e produção da mandioca é impregnado na vida, trabalho, relações interpessoais e nas emoções dessas gentes.

Olha, a roça pra mim(...) ela me dá a comida, eu trabalho com ela, eu faço alimento pra gente comer, dá pra gente vender um pouquinho. Tem hora que el sobe, tem hora que ela arria, a gente fica engatado ali né. É bem verdade que é pra gente trabalhar, viver do que produz, a roça é isso aí.

A fala de Francisco novamente demonstra a importância que a roça tem na sua vida e na sua alimentação. A roça é sinônimo de trabalho, sustento, autonomia, sobrevivência, sociabilidade, coletividade e afeição. A farinha é o alimento basilar para a subsistência não somente da família de seu Francisco, mas de inúmeras famílias que da roça coletiva dos quilombos Matá e Silêncio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento e a luta pelo território permitiram as comunidades quilombolas Silêncio e Matá a continuação de seus costumes, modos de vida e culturas, bem como a realização do puxirum permitindo o trabalho coletivo na produção da farinha, produto essencial para a subsistência das famílias, das sociabilidades, divertimentos e para a manutenção dos laços afetivos, proporcionando que a experiência do trabalho coletivo fortifique o vínculo com a terra, com o território e o lugar, onde sintam-se pertencentes e acolhidos.

Esses territórios quilombolas produziram suas práticas de trabalho fundamentadas na terra e nas coisas que dela germinam, construindo e ressignificando ao longo dos anos suas estratégias de sobrevivência. Os roçados coletivos das comunidades Matá e Silêncio proporcionam a reprodução da vida e mantém enraizado nessa mesma terra o sentimento de pertença a ela, como bem demonstra Noranei Pinheiro dos Santos¹¹: “*da roça você aproveita tudo. Tudo se come. Tudo se aproveita da mandioca*”.

Diante disso, evidenciar as experiências e percepções dos quilombolas de Matá e Silêncio, pertencentes à Terra Quilombola da Área das Cabeceiras, zona rural do município de Óbidos/PA, é fazer presente uma Geografia que percebe as diferentes formas de constituição, apropriação e usos territoriais de grupos historicamente e socialmente estigmatizados. Os quilombos e seus vínculos com a terra resistem juntamente com a roça, a produção da farinha e os puxiruns.

¹¹ 46 anos, moradora do quilombo Silêncio. Entrevista concedida às autoras.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa. CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios.** – 2. ed – Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Os quilombos e as novas etnias.** In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Orgs: O'DWYER, Eliane. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

ALMEIDA, Mayra. et al. **“Eu acho que a terra é fundamental, né? Porque o quilombola, o indígena, sem a terra ele não é nada”:** Território e identidade na comunidade quilombola Ipiranga – PB. In: A Geografia dos povos tradicionais: marcos legais e construções sociais. Orgs: RODRIGUES, M.F, MARQUES, A.M. Editora: UFPB, João Pessoa, 2018.

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; 2002.

BOSI, Éclea. **O tempo vivo da memória:** Ensaio da psicologia social. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

FUNES, Eurípedes Antônio. **Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningú, Ituí, Saracura, Arapemã, Terras de Afro-amazônidas** – “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles”. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999, p. 4.

GOMES, Flávio. **Migrações, populações indígenas e etnogênese na América Portuguesa** (Amazônia Colonial, s. XVIII), 2011.

_____. **Mocambos e Quilombos:** Uma história do campesinato negro no Brasil. – 1ª ed. – São Paulo: Claro enigma (Coleção Agenda Brasileira), 2015.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnografia, Vol. IV (2), pp. 333-354, 2000.

MALCHER, Albenize Farias. **O olhar geográfico:** a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. _ 2. ed., 8ª reimpressão. – São Paulo, Contexto, 2020.

PENTEADO, Otávio. **Estudo de caso da Titulação Terra Quilombola Cabeceiras:** sem medo de amanhã não poder estar aqui. Movimento regional Portal Terra, Comissão Pró-índio de São Paulo, 2014.

A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas Comunidades Quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil

Leide Joice Pontes Portela; Priscila Ribeiro dos Santos; Josué da Costa Silva

RODRIGUES, Maria. et al. **Diretos e dilemas eles têm: território, territorialidades e territorialização dos quilombos no Brasil.** IN: A geografia dos povos tradicionais: marcos legais e construções sociais, org.: RODRIGUES, M, MARQUES, A. – João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

SANTOS, Priscila Ribeiro dos. **A formação territorial e as lutas e resistências da Comunidade Quilombola Matá, Área das Cabeceiras, Óbidos/Pa.** Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

SILVA, Márcia Alves. **Por uma geografia das emoções.** GEOgraphia – Ano. 18 – Nº 38, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Geografia humanística.** In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel, p.103-141, 1982.

Recebido em: 31 de outubro de 2021

Aceito em: 15 de dezembro de 2021